



MUNICÍPIO DE ARGANIL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Acta n.º 05**

Sessão Ordinária  
da  
Assembleia Municipal  
realizada  
em

17 de Dezembro de 2011



Assembleia Municipal

## ACTA N.º5

-----Ao décimo oitavo dia do mês de Dezembro do ano de dois mil e onze, no Salão Nobre do Edifício da Câmara Municipal de Arganil, em Arganil, reuniu pelas dez horas a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência do Senhor José Eugénio Dias Ferreira, secretariado pelos Senhores Deputados Luís Filipe Soares Quaresma e Isabel Maria de Jesus Carvalho, na qualidade de 1º e 2º Secretário, respetivamente.-----

----- Seguidamente a 2º Secretária procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos: -----

### **SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS ELEITOS**

----- Luis Filipe Soares Quaresma, João Pedro Travassos Carvalho Pimentel, Manuel Augusto Simões Rodrigues, Luis da Silva Moreira Gomes, Eugénio Tavares Fróis, Fernanda Maria de Almeida Figueiredo Dias, Paulo Emanuel de Paiva Soares, João António Alvoeiro Duarte, Isabel Maria de Jesus Carvalho, Luís Miguel das Neves Campos Almeida, Carla Maria Travassos Rodrigues, Sandra Margarida Pedroso Dias, António Jorge Martins Barata, Maria José das Neves Fernandes Silva, Rui Martins Portugal, Maria Armanda de Paiva V.G. Miranda e Érica Geraldês Castanheira. -----

### **SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS COM ASSENTO**

Paulo Jorge Marques Amaral, João António Travassos Nunes, Carlos Alberto Pereira dos Ramos, Alfredo Oliveira Gonçalves Martins, Maria do Rosário Gomes Oliveira, Etelvina Nunes dos Santos, Adelino Antunes de Almeida, João Manuel Rodrigues de Oliveira, Manuel Alberto Saraiva Ribeiro, Arménio Lopes da Costa, José da Conceição Lopes, Amândio Fernandes Dinis, Maria da Graça dos Prazeres Ferreira Lopes, Rui Miguel Santos Almeida Franco, António Souto Carvalho, José António Gomes Costa e Cidalina Maria Ramos Lourenço Antunes. -----

-----Estavam também presentes o Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves e os Senhores Vereadores: Avelino de Jesus Silva Pedroso, Luís Paulo Costa, António Gonçalves Cardoso, Paula Inês Moreira Dinis, Eduardo Miguel Ventura e Rui Miguel da Silva. -----



Assembleia Municipal

## PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

### **1- Leitura do expediente.** -----

-----A **2ª Secretária** leu os pedidos de justificação de falta dos Senhor Deputados Mário Pereira Gonçalves e António Serra Correia, que fazem parte integrante desta acta. -----

----- O **1º Secretário** deu conhecimento à Assembleia da chegada de um abaixo-assinado dos pais, encarregados de educação, que tem a ver com a questão da mobilidade de alguns funcionários da Escola Primária de Folques e a preocupação que os pais revelam acerca desta questão e do funcionamento da escola. Referiu também que se os Senhores Deputados quisessem consultar a carta, ela estava na Mesa. Este abaixo-assinado foi enviado ao Senhor Presidente da Câmara, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, ao Senhor Presidente da Associação de Pais, à senhora Directora do Agrupamento de Escolas de Arganil e ao Senhor Director Regional de Educação do Centro, já é um documento que tem alguma publicidade e que se alguém quiser consultar está à disposição. -----

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente de Câmara** que cumprimentou todos os presentes e esclareceu que o abaixo-assinado resulta de uma questão temporária de ausência de um funcionário que era uma responsabilidade sobretudo do Ministério da Educação e que a Câmara já tomou as diligências necessárias e, por isso, o assunto está resolvido. Informou também que a carta era dos pais, mas foi elaborada pela Professora. -----

### **2 – Discussão e Votação da Acta da Sessão nº4 realizada no dia 24 de Setembro de 2011.** -

-----A acta foi aprovada por unanimidade. -----

### **3 - Assuntos de Interesse para o Município.**-----

-----Usou da palavra o **Senhor Deputado Manuel Augusto** que após cumprimentar todos os presentes referiu que sobre as questões do trânsito pareceu-lhe que a razão exposta pelo Senhor Presidente não tem qualquer fundamento, pois naquele local de entrada para a escola também já só havia um sentido, a não ser que os motoristas profissionais não cumpram o código de estrada no que a carga e descarga de passageiros está legislado, por isso não haveria qualquer falta de segurança para as crianças. Também questionou, novamente, o sinal colocado na rotunda, "estrada sem saída" em vez de "sentido proibido a X metros" que seria o mais correcto, se alguém estacionar junto ao sinal referido, impedindo a descida do trânsito em sentido contrário, de quem é a responsabilidade? Será da Câmara. -----

-----Sobre a falta de água, referiu que o Senhor Presidente disse nesta Assembleia há quatro anos



Assembleia Municipal

atrás, quando o questionou sobre o mesmo problema, que este tinha existido nesse ano, mas que não voltaria a acontecer. O problema era que mesmo às duas horas da manhã não havia água, mas a factura relativa a esse mês e ao seguinte aumentou. Depreendo que não vale a pena reclamar pois a culpa é sempre do utente que deve ter alguma fuga no sistema e nunca à forte corrente de ar que circula pela canalização.-----

-----Salientou também que durante a semana constatou, no Arganil.eu, que no almoço de solidariedade da APPACDM de Arganil, realizado em 04 de Dezembro de 2011, tinha sido afirmado pelo Senhor Presidente da Câmara de Arganil e pela Dra. Helena Albuquerque, que a Instituição vai construir um Lar Residencial. Congratulando-se pela notícia, pois há já muitos anos que defendia, com as várias responsáveis pela delegação, em reuniões da Intervenção Precoce, bem como com pais de alguns doentes seus que estão integrados na APPACDM de Arganil, que era uma obra importante. Referiu que procurou saber algo mais e constou que teria sido estabelecido um Protocolo de Cedência, por parte da Câmara, do edifício da antiga Residência de Estudantes, Lar dos Rapazes, à Instituição. Falou com o Senhor Vereador Rui Miguel Silva acerca do Protocolo e qual o seu espanto quando lhe referiu desconhecer o assunto e que na reunião de Câmara de 06 de Dezembro nada tinha sido referido, por parte do Senhor Presidente sobre isto. Crendo que não o tenha feito a título pessoal pois estava acompanhado pelo Senhor Vereador e Vice-Presidente Dr. Avelino Pedroso. Continuou para dizer que se tratou o assunto com os Vereadores do PSD e não tratou com os da oposição, parece-lhe ser uma situação muito grave, de desrespeito pelo estatuto da oposição. Questionou se a cedência de um edifício que já é património da Câmara Municipal de Arganil, não terá que vir à Assembleia Municipal, para ser votada por esta? Também solicitou esclarecimentos sobre o que efectivamente se passou e se o protocolo já está assinado? -----

-----Ainda colocou mais uma questão sobre o fornecimento de refeições às crianças do Sarzedo, dizendo que teve conhecimento através de um pai de uma criança do Sarzedo, que a Câmara de Arganil tinha acabado um protocolo com a Junta de Freguesia do Sarzedo, em que esta fornecia as refeições às referidas crianças, que tinha aberto um concurso para o fornecimento das refeições e que entregou este mesmo fornecimento a uma empresa de cathering de Lisboa, por isso gostaria de saber se era verdade, referindo também que a ser verdade é muito mau, pois existe uma IPSS no Sarzedo que poderia perfeitamente fornecer essas refeições e, se calhar com muito mais qualidade ou mesmo uma empresa de Arganil que pudesse fornecer as referidas refeições e que pagariam os seus impostos no Município de Arganil. Referiu também que já não é a primeira vez que o Senhor Presidente tem estas posturas contribuindo para a depauperação das empresas de Arganil, aconteceu com o Boletim Municipal que no anterior mandato, quando questionado por ele, o Senhor Presidente disse que teria



Assembleia Municipal

sido naquele ano que teria sido entregue a uma empresa de Viseu mas que posteriormente seria entregue a empresas de Arganil, o certo é que a situação se mantém sempre na referida empresa de Viseu. -----

-----Teve a palavra a **Senhora Deputada Érica Castanheira** que após cumprimentar os presentes referiu-se à ETAR da Relvinha, dizendo que já tinha sido tema de outras Assembleias e que lhes tinha sido informado que estavam a fazer uma prospeção e a tentar perceber a qualidade do efluente a ser tratado na ETAR da Relvinha, questionando o Executivo no sentido de perceber em que ponto é que está esse levantamento e qual a previsão de reabilitação da ETAR existente ou construção de uma nova ETAR e que, também gostaria de saber, relativamente ao sistema de tratamento de águas residuais do Sarzedo, quais são as previsões de tratamento.-----

-----Usou da palavra o **Senhor Deputado Paulo Soares** que após cumprimentar todos os presentes, referiu que o assunto que iria focar já tinha sido abordado pelo Senhor Deputado Manuel Augusto, mas que gostaria de fazer referência à futura criação do Lar para a população com deficiência, sendo uma mais-valia para o concelho, era uma preocupação que existia para as famílias, para a própria Instituição, e a criação destas instalações vai permitir que esta população possa manter a dignidade humana que não se saberia se ficaria assegurada, não avançando para este género de investimento, há que felicitar o Município, porque teve de adquirir o edifício para posteriormente poder ceder à APPACDM. Aproveitou também para referir que durante o fim-de-semana está a decorrer uma recolha de alimentos que irá reverter a favor da APPACDM de Arganil, do Centro Social e Paroquial do Sarzedo e do Centro de Dia de Cerdeira e Moura da Serra, apelando a que todos os que quiserem contribuir se dirijam aos hipermercados LIDL, Mini-Preço e Intermarché.-----

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado Rui Franco, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça** que após cumprimentar todos os presentes, agradeceu em seu nome e da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça a colaboração por parte da Câmara Municipal de Arganil na realização da XXV Feira Franca, realizada nos dias 12 e 13 de Novembro, salientando que foi um certame com um enorme sucesso, um sucesso crescente em termos de visitantes, de expositores, com um vinco muito forte que marca toda a Região da Beira Serra e que contribui decisivamente para também engrandecer e dignificar o bom nome do concelho de Arganil e, que isso, só foi possível com a colaboração da Câmara Municipal de Arganil na montagem dos stands, do equipamento da estrutura eléctrica e que gostaria de partilhar o sucesso conseguido com a Câmara Municipal de Arganil, com os colaboradores que trabalharam na montagem de todo o equipamento. Por fim referiu que São Martinho da Cortiça continuará disponível para dignificar e engrandecer o nome de Arganil. -----



Assembleia Municipal

-----Interveio o **Senhor Deputado Luís Gomes** que depois de cumprimentar os presentes, e referindo-se ao troço da EN342-4, que lhe parece não estar concluído, pois ainda há vestígios de obra, nessa via onde foi colocada fibra óptica que degradou substancialmente o pavimento com os cortes transversais que foram efectuados na via, e pelo que tem conhecimento a responsabilidade da intervenção é da ASCENDI, bem como da não iluminação em zonas bastante sensíveis, como o acesso à zona industrial, salientou que já tinha referido esta questão diversas vezes na Assembleia mas, até ao momento, ainda não foi encontrada qualquer solução. Por outro lado também as marcações no pavimento, particularmente no inverno, tornam a via bastante perigosa, têm havido acidentes mortais, e por isso deveria haver um alerta da parte da Assembleia e da Câmara Municipal à empresa responsável pela concessão, para que realmente dê solução a todos estes problemas. -----

-----Um outro aspecto dizia respeito à rede viária de acesso à sede do concelho, quer pelo lado da via 342-4 na parte que está desclassificada até à rotunda da avenida, há sinais evidentes de degradação do pavimento, solicitando uma intervenção urgente, particularmente a partir da rodoviária até à rotunda. Por outro lado no acesso do lado de Coja, que é um corredor de acesso ao hospital, em que também terá que haver uma intervenção na substituição das passadeiras para que o acesso se faça com mais facilidade e sem perturbações. -----

-----De seguida referiu que gostaria de saber quais as empresas que estão para ser instaladas no Parque Industrial da Relvinha e também saber, da parte do Executivo, se realmente será lá instalado um Lagar de Azeite e se os efluentes resultantes desse lagar vão ou não ser canalizados para a ETAR existente e, se o forem, como será feito o tratamento para não piorar os problemas ambientais já existentes. -----

-----Por último, perguntou ao Executivo se tem previsto no Orçamento alguma verba destinada a uma possível crise no seio das famílias que possa existir. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis** que após cumprimentar todos os presentes manifestou o contentamento da bancada pela solução encontrada para a APPACDM de Arganil, contudo sublinhou a sua estranheza pela forma como tudo veio a público, dizendo que lhe parecia absolutamente necessário haver essa partilha com os órgãos deliberativos do Município. Referiu também que gostaria de partilhar o que ocorreu na última reunião da CIMPIN, em Figueiró dos Vinhos, onde foram tratados vários assuntos, o orçamento, a aprovação da central de compras, reestruturação do quadro de pessoal, o que é normal em Dezembro, mas houve um assunto que pela sua importância merece ser partilhado com a Assembleia, mais concretamente uma questão que foi levantada por Senhor Jorge Bento, Presidente da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, que referiu publicamente o interesse, com uma articulação extremamente estratégica com a CIMPIN, a



Assembleia Municipal

Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte e essa articulação estratégica seria na junção, numa estratégia conjunta. Um Senhor Deputado Intermunicipal que sem o cuidado do Senhor Jorge Bento falou logo em fusão, naturalmente que não foi isso que foi dito, mas foi isso que trouxe à mesa. Continuou para dizer que os problemas são comuns, o metro do Mondego, o IC3, os problemas de Coimbra, os hospitais e a sua função, os problemas não têm fronteiras e que seria a favor de no futuro haver essa junção, informou também que o Presidente da CIMPIN disse que na opinião dele não estavam, ainda, reunidas as condições para se pensar desta forma mas contudo, era algo que se deveria equacionar com interesse em termos do futuro. Referiu por fim que trouxe este assunto à Assembleia por lhe parecer um primeiro passo importante naquilo que ele próprio defende como uma verdadeira reforma administrativa, seria a regionalização, esse sim, o elemento importante para resolver os problemas e os desequilíbrios que são profundos.-----

-----Interveio o **Senhor Deputado Luís Quaresma** para dizer que no seguimento da intervenção do Senhor Deputado Eugénio Fróis, falando em reorganização administrativa, não poderia deixar de registar os trabalhos que foram desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho, que tratou da reorganização administrativa do concelho de Arganil, dizendo que registava com agrado a forma como desempenharam as suas funções, de levar às freguesias visadas, o projecto do Governo. Continuou para dizer que é um assunto que é preciso discutir, umas pessoas eram contra outras achariam que a reforma deveria ser mais profunda, mas que de qualquer forma gostaria de registar a forma exemplar com que o Grupo de Trabalho desempenhou a sua função com um espírito de colaboração entre as várias forças políticas, Vereação e o representante do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, de registar também que nenhuma das forças políticas tenha entrado por uma visão demagógica das coisas, porque teria sido muito fácil capitalizar ou tentar capitalizar algum descontentamento, salientou que são todos pessoas interessadas pelo concelho e no bem-estar de todos, muito mais do que das capelinhas de cada um, dos interesses particulares, dos partidos e das pequenas oposições, por esses factos é que gostaria de dar uma palavra de homenagem a todos os que fizeram parte do Grupo de Trabalho e também aos Senhores Presidente de Junta que participaram no processo, muito particularmente ao Senhor Presidente da Junta de Barril de Alva, sem desprimor para os outros, mas se calhar foi a reunião mais difícil e que teve um papel com um grau muito elevado, em termos de participação democrática e capitalização das boas vontades das pessoas, o que muitas vezes é o mais importante, terminando dizendo que provavelmente será um assunto discutido na próxima Assembleia Municipal, e que terão de estar atentos para que na reunião de Assembleia possam todos dar o seu melhor contributo.-----

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente de Câmara**, respondendo ao Senhor Deputado Manuel



Assembleia Municipal

Augusto, referiu que às vezes a volúpia de atacar o Executivo Camarário, leva-o a alinhar pela demagogia e até pela cegueira política, porque se lesse bem os documentos que são presentes à Assembleia Municipal, ficaria esclarecido relativamente a um conjunto de matérias que questionou. Relativamente à questão da APPACDM, na acta de 24 de Setembro de 2011, na página 25 diz o seguinte *“teve a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo que relativamente à Residência Masculina, há um compromisso antigo com a APPACDM, no sentido de lhes ceder aquele edifício em regime de direito de superfície, de forma a poderem instalar lá o Lar Residencial e assim faremos”*, por isso, era um assunto do conhecimento de todos os Elementos da Assembleia, como também dos Membros do Executivo, acontece que o processo de transferência da titularidade do edifício da Direcção Geral do Tesouro e das Finanças para a Câmara Municipal levou muito tempo, falta cumprir a formalidade da celebração da escritura de direito de superfície, que naturalmente, antes de ser assinada, terá de ser sujeita à Reunião de Executivo para ser aprovado e para posteriormente ser outorgado, não havendo nenhuma novidade no que disse no almoço de natal da APPACDM. Por outro lado, voltou a falar na questão da falta de água em Arganil, também se lesse a proposta de Plano Plurianual de Investimentos para 2012 e Orçamento Municipal, rapidamente compreenderia que está previsto um investimento significativo na captação e na construção de um novo depósito em Arganil, de forma a suprir as deficiências existentes ao nível da distribuição, particularmente nos períodos de maior afluxo, nomeadamente no mês de Agosto. -----

-----Sobre a questão do trânsito junto à escola EB1 referiu que esta foi analisada tecnicamente, foi proposto à Câmara esta solução e a Câmara no quadro das suas competências decidiu aprovar a solução técnica que foi proposta. -----

-----Sobre o que referiu relativamente às refeições, não é uma questão apenas e exclusivamente do Sarzedo, é uma questão do Sarzedo, de Pombeiro da Beira e de Arganil, a Câmara está obrigada a cumprir normas muito exigentes ao nível da higiene e segurança alimentar, nomeadamente a seguir e a implementar o HACCP (Hazard Analysis and Critical Control Points), essa é a razão primeira e principal para que se tenha que propor uma alteração ao modelo de funcionamento das cantinas que tinha vigorado até aqui, há um conjunto de cantinas no concelho concessionadas a uma empresa que garante a implementação do HACCP e até ao momento, foram registados bons resultados, não tendo havido muitas reclamações, dando como exemplo, o caso de Coja e São Martinho da Cortiça, em que a empresa já está a laborar. Por outro lado, a Câmara Municipal está obrigada ao cumprimento do código dos contratos públicos, como com todas as entidades públicas, de forma que tem de se garantir o cumprimento da lei no sentido de se poder garantir a prestação dos serviços essenciais. Por fim disse que a alteração resulta sobretudo e, em primeiro lugar, da questão da Higiene e Segurança



Assembleia Municipal

Alimentar mas que, naturalmente, haverá também alguma economia, fruto da escala, mas a razão principal e aquela que é determinante tem a ver com a Higiene e Segurança Alimentar.-----

-----Relativamente ao Boletim Municipal, a Câmara Municipal, na data em que referiu, consultou as empresas do concelho no sentido de apresentarem proposta, mas mais uma vez, ter-se-á de cumprir o código dos contratos públicos e, por isso, teve de se escolher a proposta economicamente mais vantajosa.-----

-----Respondendo à questão da Senhora Deputada Érica Castanheira, sobre a ETAR da Relvinha, disse que já tinha anunciado na Assembleia Municipal, que tinha sido feito um estudo relativamente à caracterização dos efluentes em conjunto com as empresas da Relvinha, percebendo que há algumas empresas que estão a colocar no colector e por conseguinte na ETAR, alguns produtos que são extremamente prejudiciais para o bom funcionamento da ETAR. Certo de que a ETAR em termos de caudal já ultrapassou aquilo que era o seu nível máximo e neste momento está a avançar para um estudo de uma solução que passará ou pela remodelação da existente e eventual ampliação ou pela construção de uma nova e que também já tem o necessário suporte orçamental para os próximos três anos. Sobre a questão do sistema de tratamento de águas residuais do Sarzedo, está prevista uma intervenção durante o ano de 2012, no sentido de fazer a respectiva bombagem para o sistema de tratamento da Alagoa e esse é um trabalho que será executado durante o ano de 2012.-----

-----Agradeceu as palavras do Senhor Deputado Paulo Soares relativamente à APPACDM, disse também que em termos pessoais não deixará de apoiar a campanha de recolha de alimentos, no seu entender uma iniciativa louvável neste período de natal.-----

-----Agradeceu também as palavras do Senhor Presidente da Junta de São Martinho da Cortiça, Senhor Rui Franco, relativamente ao apoio da Câmara Municipal à Feira Franca, e referiu que a XXV Feira Franca foi um sucesso fruto do empreendedorismo e da capacidade de organização da Junta de Freguesia, é já um evento de grande relevância no concelho, que merece visibilidade e merece ser apoiada, por esse trabalho desenvolvido. Deu os parabéns à Junta de Freguesia e aos São Martinhenses que demonstram neste evento um forte espírito de empreendedor e determinação relativamente ao futuro.-----

-----Quanto à questão colocada pelo Senhor Deputado Luís Gomes sobre a EN342-4 na ligação entre a ponte do Sarzedo e a Moita da Serra, a Câmara tem escrito vastas vezes às Estradas de Portugal e ao concessionário, ASCENDI, sobre estes problemas, nomeadamente a questão das correcções ao pavimento, na sequência da abertura da vala para a instalação da fibra óptica, as questões da iluminação, as questões da marcação do pavimento. Informou também que já efectuou vários contactos telefónicos e que a última resposta das Estradas de Portugal foi que transmitiram ao



Assembleia Municipal

concessionário a necessidade de resolver este problema. Continuou dizendo que esta situação demonstra bem a forma como fomos governados nos últimos seis anos e que a ASCENDI vai receber do Estado Português, numa concessão de vinte e cinco anos e de cinco quilómetros, pela concessão do troço entre a Ponte do Sarzedo e a Moita da Serra 3.500.000,00€, por isso ter-se-á que exigir que a estrada esteja impecável, porque é inaceitável que isto aconteça, para Estradas de Portugal teria sido mais fácil concessionar à Câmara Municipal por um valor de vinte ou trinta por cento mais baixa, e a estrada estaria em muito melhores condições, mas foram as opções do Governo que nos desgovernou nos últimos seis anos. -----

-----Sobre a questão dos acessos à Vila, está em curso, uma empreitada que prevê a intervenção na entrada em Arganil, junto ao estabelecimento comercial onde o piso está mais deteriorado, outra intervenção junto à Igreja e no seu prolongamento até ao Paço Grande que vão ser intervencionadas na Primavera. Referiu também que em relação à questão da passadeira, tomou nota para procurar corrigir.-----

-----Sobre a questão da Relvinha, informou que no imediato está prevista a instalação de duas empresas, o Lagar de Azeite que tem o projecto aprovado, onde está previsto um pré-tratamento e as águas russas têm previsto um procedimento de reutilização, de recolha e depois de reutilização, não serão descarregados colector, mas de qualquer forma há um sistema de pré-tratamento que está previsto na instalação do Lagar, a outra empresa que se prevê que venha a instalar-se é a Salsicharia Soares & Damião. -----

-----Sobre a questão da crise nas famílias, a Câmara Municipal está atenta, no quadro das suas competências, de facto está muito focalizado na questão da intervenção na área da educação e nomeadamente da acção social escolar, tendo-se vindo a registar um aumento significativo, fruto das necessidades emergentes do número de crianças apoiadas. De qualquer forma está previsto no plano, a implementação do programa de conforto habitacional para idosos que, é um programa de apoio quer da Câmara quer da Segurança Social. Por outro lado, o Executivo está muito atento e muito concentrado naquilo que é a articulação com as diferentes instituições e com a própria segurança social de forma a organizar o apoio que se dá às famílias e, por isso, está-se a trabalhar em soluções que permitam um apoio eficaz e eficiente e que vai ao encontro daquilo que são as necessidades das pessoas, naturalmente dentro das competências da Câmara. -----

-----Para terminar e referindo-se à intervenção do Senhor Deputado Eugénio Fróis, sobre a questão do eventual novo modelo de organização das NUT's III, o Governo no documento verde para a reforma da administração local, um dos eixos tem a ver com a gestão intermunicipal, dizendo que admitia que vão haver novidades relativamente a essa matéria sobre possíveis alterações há



Assembleia Municipal

composições das NUT's, eventualmente até a um processo de fusão ou de articulação estratégica e a questão da articulação estratégica entre o Pinhal Interior Norte e o Baixo Mondego, é uma questão fundamental, há uma forte ligação a Coimbra não se pode deixar de reforçar essa ligação, e por isso nos próximos meses seguramente que esse debate ocorrerá e que naturalmente a Assembleia Municipal terá uma palavra importante a dizer também sobre o posicionamento do concelho nesse quadro, porque de facto há uma afinidade maior com alguns municípios do Baixo Mondego que até propriamente com alguns municípios do Pinhal Interior Norte, portanto esse novo desenho da organização do território ao nível intermunicipal é uma questão importante.-----

-----Sobre a questão da Reforma da Administração Local a que o Senhor Deputado Luís Quaresma se referiu, disse que gostaria também de dar uma palavra de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho e estender esse cumprimento e esse reconhecimento aos Senhores Presidentes de Junta e às populações que de uma forma muito responsável e muito sensata manifestaram de forma clara e inequívoca a sua oposição a esta reforma e à eventual fusão de freguesias, mas não deixaram de dizer que tendo ela que seguir o seu curso, quais eram as suas opções estratégicas em termos do caminho a seguir. Foi um exercício de grande maturidade democrática e que dá o conforto às Assembleias de Freguesia e posteriormente à Assembleia Municipal de estar a decidir de acordo com aquilo que são os interesses das populações. Referiu também que está previsto que o Governo dê entrada na Assembleia da República, em princípio ainda este ano, o mais tardar no princípio de Janeiro, do diploma que vai sustentar esta reforma onde, eventualmente, poderão existir algumas alterações relativamente ao modelo a seguir e portanto a Assembleia Municipal só se deverá pronunciar depois desse diploma legal estar aprovado. De seguida informou da recepção de um pedido de reunião pública relativamente ao processo da Reforma da Administração Local por parte das Instituições de Melhoramentos da Sobreira e Cortiça, pedido idêntico recebeu a Câmara Municipal de Penacova, essa sessão vai ter lugar em Janeiro, já está articulado com a Câmara Municipal de Penacova, para se poder ouvir aquilo que é o sentido das populações, uma vez que há um problema já quase ancestral que é a divisão das duas aldeias em duas freguesias, Paradela e São Martinho da Cortiça e entre os concelhos de Arganil e Penacova, naturalmente que se vai ouvir as populações e conversar com a Câmara Municipal de Penacova no sentido de encontrar as melhores soluções para a resolução deste problema. -----

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado Manuel Augusto** dizendo que em relação ao problema do trânsito, que leu a acta num dia à noite no serviço de urgências e não se recordava de ter lido isso, verificando agora que não tinha essa referida página 24 e 25, e que lendo com atenção realmente o texto não faz sentido, partindo da página 23 para a 26 e por isso não teve conhecimento disso, pois



Assembleia Municipal

na anterior Assembleia ausentou-se antes da intervenção do Senhor Presidente. De qualquer forma sendo aquela uma via de sentido único, quer agora, quer sempre, no seu entender esse problema da segurança das crianças não se coloca. Em relação à água, referiu que o Senhor Presidente já tinha feito referência a isso há quatro anos quando o questionou e continua a verificar-se a mesma coisa. Mencionou que também leu que está nas Grandes Opções do Plano, o reforço do abastecimento de água mas o certo é que se continua a ter esse problema e então este ano foi demasiado evidente.-----

----- Interveio o Senhor Deputado Eugénio Fróis para falar da reforma administrativa dizendo que tinha partido para a volta com a noção de que não seria oportuno nem lógico fundir ou agregar freguesias, mas num momento em que a democracia é posta em causa, num momento de grande dificuldade as pessoas apareceram de uma forma sentida, de uma forma viva, colocaram os seus problemas com ênfase, souberam fazê-lo, deram a cara com salas cheias, com ajuda, com controlo e com a disciplina dos Senhores Presidentes de Junta. Por fim reafirmou que a sua bancada e ele próprio estará sempre ao lado das populações e na perspectiva de encontro como foi sublinhado dentro dos condicionalismos em que se movem por em conjunto se encontrarem as melhores soluções para esta gente, em tantos casos tão carente, tão idosa e tão isolada, referiu também que não faziam mais do que a sua obrigação e que foi talvez das primeiras vezes em que eu tenha sentido uma vontade grande de poder colaborar e de dizer, sim senhor, contém naturalmente connosco.-----

## ORDEM DO DIA

### **1 – Apreciação e votação de Seguro de Acidentes Pessoais dos Eleitos Locais – fixação de valores, nos termos do disposto no artigo 17.º da Lei nº29/87, de 30 de Junho, e posteriores alterações (Estatuto dos Eleitos Locais).** -----

----- Esclareceu-se que através do seguro de acidentes pessoais o segurador cobre o risco da verificação de lesão corporal, invalidez, temporária ou permanente, ou morte da pessoa segura, por causa súbita, externa e imprevisível. Este seguro é obrigatório e os seus encargos são suportados pelo orçamento da Autarquia (n.º 1 do artigo 24.º do Estatuto dos Eleitos Locais, aprovado pela Lei n.º 29/87, de 30 de Junho, com ulteriores alterações), uma vez que o mesmo se destina a fazer face a eventuais prejuízos advenientes de acidentes decorridos no desempenho ou por causa das funções de eleito local (acidentes decorridos ao serviço da Autarquia e devidamente comprovados). -----

----- Sendo certo que, nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do Estatuto dos Eleitos Locais "os membros de órgãos autárquicos têm direito a um seguro de acidentes pessoais mediante deliberação do



Assembleia Municipal

respectivo órgão, que fixará o seu valor", e considerando que os valores propostos são: -----  
-----160.000,00€ por morte ou invalidez permanente -----  
----- 75,00€/dia por incapacidade temporária -----  
----- 7.500,00€ por despesas de tratamento -----  
-----Não havendo qualquer intervenção, foram os valores propostos apreciados e colocados à  
votação, sendo que, por unanimidade dos presentes, foram os mesmos aprovados. -----

**2 – Apreciação e votação de Projecto de Regulamento Municipal da Componente de Apoio à Família para o Ano Lectivo de 2011/2012, nos termos da alínea a) do n.º2 do artigo 53.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----**

-----Apreciado e votado que foi o Projecto de Regulamento e não havendo qualquer intervenção, foi este aprovado por unanimidade dos presentes. -----

**3 – Discussão e votação do GOP – Grandes Opções do Plano: Plano Plurianual de Investimentos e Actividades Mais Relevantes para o ano 2012, nos termos da alínea b) do n.º2 do artigo 53.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----**

**4 – Discussão e votação do Orçamento de Receita e Despesa para o ano de 2012, nos termos da alínea b) do n.º2 do artigo 53.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----**

----- Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** pedindo autorização para fazer uma apresentação conjunta entre o Plano Plurianual de Investimento para 2012 e do Orçamento Municipal, por serem matérias intimamente ligadas. -----

-----O **Senhor Presidente de Assembleia Municipal** concedeu autorização ao pedido formulado e informou os Senhores Deputados que aquando das suas intervenções também discutiriam estes pontos em conjunto, salvaguardando que as votações seriam em separado.-----

-----Continuou o Senhor Presidente para dizer que antes de passar à apresentação do PPI para 2012 e do Orçamento Municipal que foi aprovado na Câmara Municipal, por maioria, gostaria de fazer um breve enquadramento da condição financeira do país, que condiciona de forma significativa a Proposta de Orçamento Municipal e o Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2012. Os sucessivos cortes nas transferências do Estado para as Autarquias que prosseguirão em 2012 e 2013, o aumento



Assembleia Municipal

do IVA de 6% para 23% na electricidade e nos gás, limitam a capacidade de intervenção da Autarquia nas diversas áreas, neste quadro exigisse rigor e forte contenção na gestão autárquica, apostando numa grande selectividade nos investimentos, foi por isso necessário, à semelhança do que aconteceu no ano em curso, fazer opções muito claras que importa enunciar, em primeiro lugar garantir o desenvolvimento dos projectos em curso com a comparticipação de fundos europeus, em segundo lugar dar prioridade aos projectos estratégicos para o concelho apostando numa visão e num planeamento plurianual, em terceiro lugar apostar nos investimentos de proximidade nas áreas económico-sociais, do ambiente, das acessibilidades potenciadoras do desenvolvimento e inclusão social, em quarto lugar, manter o nível de apoio às freguesias, que sofrerão já um corte significativo ao nível das transferências da administração central, não cortando assim a sua capacidade de intervenção. Os objectivos estratégicos no âmbito do plano de desenvolvimento do concelho continuam a ser a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento de produtos turísticos competitivos e o fortalecimento da estrutura económica. Para promover a melhoria da qualidade de vida, em 2012, temos inscritos 4.000.000,00€ para a Requalificação da Antiga Cerâmica Arganilense, vale a pena dizer que relativamente a esta matéria, a Câmara Municipal conseguiu ultimamente um reforço daquilo que era o financiamento espectável para esta obra ao nível de fundos comunitários, partimos de um patamar de 1,5 milhões de euros no âmbito do Mais Centro e 1,2 milhões de euros no âmbito do POVT (Programa Operacional para a Valorização do Território), ou seja, 2,7 milhões de euros no total, neste momento temos garantido, no âmbito do Mais Centro, uma verba de 2.470.000,00€ que ainda será majorada de mais 5%, uma vez que já foi autorizada que se possa fazer esta alteração dos 80% para os 85% de financiamento no âmbito do memorando de entendimento entre o Estado Português e a Associação Nacional de Municípios, também está previsto que no âmbito do POVT o financiamento possa passar de 70% para 75%, isto significa que ao dia de hoje temos já garantidos mais quase 1.000.000,00€ do que aquilo que estava previsto, podendo este valor chegar a cerca de mais 300.000,00€ do que temos hoje, julgo que são boas notícias e que nos permite garantir e afirmar, nesta Assembleia, de que neste momento tudo aquilo que há para pagar e para fazer no âmbito da Cerâmica já não requererá qualquer investimento por parte do Orçamento da Câmara Municipal, uma vez que os fundos comunitários são suficientes para pagar o que falta da obra. -----

-----Disse também que está previsto, a conclusão da primeira fase da Requalificação do Parque do Prado em Coja com um valor de 125.000,00€ para ajardinamento e criação de instalações sanitárias, uma Requalificação do Paço Grande que potencie a melhoria das condições do mercado semanal, a Extensão de São Martinho da Cortiça com uma dotação para 2012 de 100.000,00€ e 2013 também de 100.000,00€ que resulta na readaptação da antiga escola primária, a Requalificação da Rede Viária



#### Assembleia Municipal

Municipal com um valor de 805.696,00€ que consiste num conjunto de investimentos muito significativos em todo o concelho para intervir e melhorar significativamente a rede viária, a Regeneração e Valorização da Ribeira de Folques entre a Ponte do Mourão e a Escola Secundária com o valor de 180.000,00€ que resulta de uma candidatura que a Câmara Municipal apresentou ao PRODER que foi aprovada, referindo já terem sido notificados da dessa decisão. Ao nível do abastecimento de água, está previsto um reforço muito significativo do investimento, nomeadamente melhorando as captações de Vila Cova de Alva e de Arganil, também está prevista uma intervenção, já em 2013, para melhoria da captação e construção de um novo depósito em Arganil, para além da remodelação e substituição de algumas redes que estão já de alguma forma obsoletas. No saneamento está previsto um amplo programa de intervenção, a questão da ETAR da Relvinha, a construção de oito novas ETAR's no concelho que se irá iniciar em 2012 num programa que terminará em 2013, havendo assim um investimento muito significativo na área do ambiente, particularmente no tratamento das águas residuais. Haverá uma manutenção do valor global dos contratos programa com a freguesias no valor de 300.000,00€ que permite um conjunto de intervenções muito significativas, que podem parecer pequenas para o Município mas que são de grande significado e de grande valia para as freguesias, para desenvolver produtos turísticos competitivos, a implementação do PROVER das Aldeias Históricas e das Aldeias do Xisto, designadamente com investimentos na área da comunicação e da animação, também o investimento físico em Vila Cova de Alva no âmbito do acesso à rede das Aldeias do Xisto, com intervenções significativas também no espaço público. Em termos de Praias Fluviais e Zonas Balneares, o investimento para 2012 é de 55.000,00€ que terá seguimento em 2013 e 2014, destacando uma intervenção num terreno municipal nas Fronhas, com a criação de uma Zona Balnear e também uma intervenção no açude da Praia Fluvial da Cascalheira, procurando criar uma descarga de fundo de modo a melhorar as condições da praia. -----

-----A fim de fortalecer a estrutura económica, a ampliação da Zona Industrial da Relvinha, que está em curso, como referido anteriormente da instalação de mais duas indústrias, com uma dotação de 125.000,00€ que tem a ver sobretudo com a questão da melhoria das infra-estruturas de acesso a um dos lotes, na zona oeste da Relvinha. Será mantido o valor da FICABEIRA para 2012 dando nota que de 2010 para 2011 houve uma redução de cerca de 25% do investimento global na feira. A Feira das Freguesias, mais uma vez um evento que se realizará em 2012. O PPI para 2012 que esta distribuído por rubricas em que se destaca claramente desporto, recreio e lazer com uma percentagem de 38,34% do montante global, transportes rodoviários 14,23%, ensino não superior 10,47%, ordenamento do território 9,79% e depois todos abaixo dos 10%.-----



#### Assembleia Municipal

-----Em termos de Orçamento Municipal, a receita de capital representa cerca de 53% do total da receita e a despesa corrente respectivamente 47%, o mesmo acontece com a despesa, cumprindo-se assim o princípio do equilíbrio orçamental em que a receita corrente deve cobrir todas as despesas correntes. Em termos de desagregação das receitas correntes, verificamos que os impostos directos têm o peso de 14%, os indirectos 2%, taxas, multas e outras penalidades 4%, rendimentos da propriedade 16%, transferências correntes 38% sendo o valor maior do total das receitas, depois vendas de bens e serviços correntes 15% e apenas 1% de outras receitas correntes, no que diz respeito aos impostos directos, é o IMI que representa a maior fatia desta receita dos impostos directos com 68%, o imposto único de circulação com 13%, o imposto municipal sobre outras menções onerosas de imóveis 19% e os outros impostos abolidos quase sem nenhuma expressão. De receitas de capital, venda de bens de investimento 12%, de transferências de capital 88%, outras receitas de capital, praticamente residual e reposições não abatidas nos pagamentos também com o mesmo comportamento, ao nível das despesas correntes, o pessoal da Assembleia Municipal quase sem nenhuma expressão no orçamento em termos de valor financeiro, pessoal da Câmara Municipal 44%, aquisições de bens e serviços 42%, juros de outros encargos 3%, transferências correntes 6% e outras despesas correntes 5%. Ao nível das despesas de capital, a aquisição de bens de capital 88%, transferência de capital 6%, os passivos financeiros 6% e outras despesas de capital também com um valor absolutamente residual. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Deputado Manuel Augusto** dizendo que mais uma vez gostaria de chamar a atenção para a apresentação dos gráficos, mais concretamente nas páginas 15 e 16 do documento, na evolução do orçamento um decréscimo de 1,14% de 2011 para 2012, praticamente não é perceptível, já um aumento de 1,01% na evolução da receita corrente tem um gráfico com 25% de aumento. O mesmo se verifica nos gráficos de evolução das despesas correntes verso despesas de capital. Chamou a atenção para este facto já que no ano passado teria chamado a atenção pela mesma situação, parte de um nível já muito elevado, cerca de 8.000.000,00€ dando uma imagem errada.-----

-----Sobre a Requalificação do edifício do Teatro Alves Coelho, na Sessão de Câmara, o Senhor Vereador Luís Paulo Costa referiu, em resposta à questão levantada pelo Senhor Vereador Rui Silva, que a verba de 50.000,00€ inscrita para os anos 2012 e 2013 se destinava a elaboração de projecto. Tenho conhecimento que quando foi estabelecido o Protocolo de cedência de usufruto entre a Santa Casa da Misericórdia de Arganil e a Câmara já existia um projecto elaborado pela instituição proprietária do imóvel, que aliás tive conhecimento por alto, na altura, pela remodelação do próprio restaurante Charles, e que teria ficado protocolado ser esse o projecto para as obras de requalificação.



Assembleia Municipal

Numa situação de crise como a que vivemos, porquê a duplicação de custos com um projecto que já está feito e protocolado? Porquê a necessidade de recurso a concurso internacional para a elaboração de um projecto? E se a proprietária do imóvel não concordar, como será? -----

-----Em relação à Requalificação do Sub-Paço, aparece para 2012, uma verba de 224.000,00€, uma questão que foi também levantada pelo Senhor Vereador Rui Silva, era se esta verba era para a margem direita da Ribeira de Folques e de que forma é que essa margem iria ser intervencionada, o qual o Senhor Vereador Luís Paulo Costa respondeu que não haveria obra na margem direita. -----

-----Relativamente à questão do Sub-Paço, os valores considerados, referem-se a aspectos decorrentes da empreitada, valores que não consideram qualquer investimento para além daquele já executado. Solicitou ao Senhor Presidente e ao Senhor Vereador que lhe esclarecessem uma questão relativamente à expropriação de terrenos para utilidade pública, não sendo feito qualquer tipo de obra, não poderão os donos dos terrenos interpor uma Providência Cautelar, para pararem o processo de expropriação? -----

-----Em relação à Requalificação da Cerâmica, foi afirmado pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Vereador Luís Paulo Costa, que a obra iria ser concluída em Setembro de 2012, salientando que estranhava este facto pois sendo a dotação para 2010 e 2011 de 2.000.000,00€ para cada ano, no total dos dois anos só se tenha realizado obra no valor de cerca de 2.200.000,00€, estão pagos Autos de Medição e Facturas com despesas superiores a 1.000.000,00€ do qual ainda não foi recebida qualquer contrapartida, como é que a Câmara vai poder pagar quase 5.000.000,00€ sem poder recorrer a qualquer empréstimo de saneamento financeiro? Será que a obra vai mesmo ficar pronta em Setembro de 2012? É que à semelhança da Escola EB1, esta também era para funcionar em 2010/2011 e só começou em 2011/2012. Por fim referiu que por lhes parecer um orçamento empolado e incapaz de ser concretizado, iriam votar contra o mesmo.-----

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado Martins Barata** que cumprimentou todos os presentes e antes de falar sobre o orçamento aproveitou para desejar a todos um Bom Natal e um Bom Ano.-----

-----Continuou para dizer que o orçamento para 2012 e à semelhança do orçamento do ano em curso é um orçamento virtual, com ênfase no adiamento das grandes opções que a gestão do Município deveria ter na recuperação do património mobiliário da Câmara que se encontra altamente degradado. Na análise do orçamento verifica-se que para efectuar a compensação do corte de cerca de 320.000,00€ por parte do orçamento geral do estado, as receitas municipais foram empoladas em cerca de 16% do IMT, nomeadamente com o aumento da água, do saneamento, dos resíduos sólidos, o que é manifestamente excessivo para os nossos municípios. Verificasse um investimento de 87.000,00€ em consultoria jurídica o que se afigura mais uma vez um exagero, há manifestamente



Assembleia Municipal

alguém ou um conjunto de pessoas a ganhar cerca de 7.200,00€ mês. Referiu-se novamente ao facto de que na sua opinião se tratava de um orçamento virtual, um orçamento que pautava a actuação do executivo pelos adiamentos das grandes obras, dando como exemplo o Teatro Alves Coelho que será adiado mais um ano, um edifício que marca um período áureo de Arganil e se ninguém lhe puser a mão vai cair. O investimento social, com um apoio diminuto às IPSS's do concelho, em relação ao turismo, uma zona como a nossa, que se tem pautado durante os últimos anos pelo incentivo ao turismo, o que se vê agora são apenas apoios na área da animação, com 38,5% em desporto, recreio e laser, no que diz respeito ao turismo concreto, verificasse uma ausência total de apoio às Praias Fluviais do concelho, também ausência aos empresários, às pequenas e médias empresas, não se vê qualquer apoio no que diz respeito ao programa FINICIA, de salientar que a aquisição de terrenos na margem direita da Ribeira de Folques, que está referenciada que vai reger, nos próximos anos, novos investimentos em detrimento do património municipal que continua ano após ano a degradar-se e a deteriorar-se. Continuou para dizer que no seu entender Arganil e o concelho já têm espaços de laser suficientes pois não tem quem os utilize, por isso considera um orçamento virtual, um orçamento dos adiamentos, motivo pelo qual o sentido da votação da bancada do Partido Socialista será contra.-----

-----Usou da palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis**, referindo-se à Proposta das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Municipal para 2012 disse que é notório que as verbas e estratégias do Município não sofrem alterações significativas, estando perante um orçamento de continuidade que não se soube adaptar a uma nova realidade mais difícil para os Arganilenses, contrapondo em alternativa investimentos volumosos que não são geradores de riqueza, o desígnio nacional será empobrecer mas, ainda assim e particularmente os autarcas devem contribuir para que tal aconteça com o mínimo de dignidade e respeito pelas dificuldades dos concidadãos, seria normal no quadro de dificuldades disponibilizar meios que permitissem um reforço significativo na área do social, pelo contrário vão em sentido oposto, assumindo compromissos financeiros sérios que resultam da construção de equipamentos volumosos e que vão obrigar, no futuro, a verbas muito consideráveis para a manutenção dos equipamentos. Esgotam-se em obras que não se ajustam às reais necessidades do concelho, o Turismo enquanto actividade turística sustentada, é uma miragem, o Rio Alva que tem sido o abono de família da actividade turística, está seriamente ameaçada, para isso muito contribuiu a irregularidade do seu caudal que é uma consequência directa da construção da Mini-Hídrica de Avô, disse que tinha dificuldade em imaginar novos atropelos que constituiriam a construção de nova ou novas barragens no Rio Alva. Relativamente à cultura salientou que esta continua adiada e referiu que Arganil não tem um espaço digno para a realização de um bom espectáculo cultural, as acções para concretizar tal fim vão sendo sucessivamente adiadas, havendo só



Assembleia Municipal

alguns acontecimentos pontuais e valendo-se da diversidade e riqueza da cultura popular, os bens fundamentais como a água vão ter um aumento muito significativo, na ordem dos 67%, também as taxas relativas aos resíduos sólidos sofrerão um aumento exponencial, para ajudar a este quadro negro, a já falada reforma administrativa que poderá contribuir também para o maior flagelo do concelho, a desertificação, que obrigou a um decréscimo da população superior a 10% nos últimos 10 anos. Mencionou que não vislumbra nos documentos Grandes Opções do Plano e Orçamento medidas concretas para a ajuda à fixação dos jovens, só se consegue fixá-los se forem feitos investimentos produtivos geradores de emprego, situação que não se verifica, nesta matéria o Executivo Municipal está em linha com a estratégia do Governo, que apoia a saída dos jovens quadros no sentido, de encontrarem fora do país, o seu posto de trabalho.-----

-----Uma palavra também para a estranheza, da iniciativa do Executivo Municipal pela via impositiva de condicionar ou obrigar, os proprietários da margem direita da Ribeira de Folques, no seu entender, sem o devido diálogo, no sentido de uma solução imposta pela via absolutamente judicial.-----

-----Referiu também que lhe pareciam absolutamente excessivos os gastos com assessorias jurídicas num quadro de grandes dificuldades, dizendo que teve o cuidado de ler a argumentação que foi feita e ouvir as justificações, mas ainda assim e ponderando aquilo que consideraram oportuno referir, pensa ser uma verba que necessariamente terá de ser diminuída em linha com as dificuldades de todos. -----

-----Terminou dizendo que é obvio que o Governo Municipal Arganilense não sofre da imposição de nenhuma TROIKA, não tem necessariamente essa desculpa, as suas decisões resultam das suas próprias opções que não seriam na sua perspectiva enquadráveis e compatíveis com a dificuldade que se enfrenta, por esses e outros motivos a bancada do Partido Socialista iria votar contra os documentos.-----

-----Interveio a **Senhora Deputada Cidalina Antunes, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova de Alva** que após cumprimentar os presentes, pediu um esclarecimento ao Senhor Presidente de Câmara relativamente ao facto da construção da ETAR em Vila Cova de Alva e a extensão da rede de saneamento básico em Casal de São João e Vinhó estão enquadrados nas Grandes Opções do Plano.-----

-----Teve a palavra a **Senhora Deputada Maria Armada Miranda** cumprimentou todos os presentes e iniciou a sua intervenção para referir que relativamente à questão do orçamento e das GOP's, existem alguns aspectos que deveriam ser ponderados na orçamentação, nomeadamente a do próximo ano. Continuou para dizer que o orçamento é de facto um acerto de contas entre receitas e despesas que está correctamente executado, as receitas são iguais às despesas, e daí não há nada a



Assembleia Municipal

dizer, certamente que o Executivo fez o melhor possível para o conseguir, no entanto, no seu entender não lhe parece que a população do concelho vá ficar beneficiada com o orçamento, está a partir-se de um orçamento que tem uma redução de transferências, do orçamento da administração central de 320.000,00€, para equilibrar esta redução, aumentam a receita com a venda de água no valor de 67%, o aumento das receitas provenientes das taxas de resíduos no valor de 81%, o aumento de receitas provenientes do IMT no valor de 16%, ora os aumentos que estão registados em orçamento, acertam as contas mas não vão acertar as contas no futuro, porque a população não vai aumentar, antes pelo contrário está a reduzir todos os anos, o consumo de água bem como a receita com nos resíduos sólidos, não vai possibilitar a arrecadação da verba necessária porque a população é cada vez menor e com menos rendimentos, igualmente no IMT, como se vai aumentar 16%? Já nas despesas, os investimentos orçamentados são investimentos em equipamentos mais pesados, são equipamentos vindos de outros orçamentos e naturalmente idos para outros orçamentos que não vão conseguir ser executados, mesmo havendo redução de receitas, na sua opinião seria mais consentâneo que se concentrassem as receitas minimizando encargos supérfluos como exemplo, a questão da expropriação do Sub-Paço, e assim poderiam deixar de sobrecarregar os pobres munícipes, disse também e ainda em relação ao orçamento que gostaria de ver uma linha que permita a saída de uma visão depressiva da economia municipal e nacional, no seu entender o investimento nos pólos e nos parques industriais, para poder alimentar algum desenvolvimento, nos recursos naturais endógenos, tais como os cursos do alva, na economia social que permita um desenvolvimento sustentado e a manutenção das funções sociais de que a população carece. Continuou dizendo que também defendem a manutenção de um quadro autárquico administrativo capaz de proteger estas situações e para proteger estas populações, proteger os recursos naturais de que elas dispõem nas regiões onde estão inseridas, não querendo que estas instituições locais, autarquias, esqueçam as populações e por isso esqueçam os recursos endógenos de que elas dependem, isto para terem uma melhor vida na juventude, na meia-idade e na velhice, que é o que todos têm em curso, salientando que estão na Assembleia para proteger e servir as populações, independentemente daquilo que as suas opiniões e palavras despertem no Executivo Camarário a bancada do Partido Socialista irá votar contra.-----

-----Interveio o **Senhor Deputado Rui Franco, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça**, que aproveitou para frisar que apesar de todos os cortes que a Câmara Municipal tem tido das transferências do Estado e por outras vias, as Juntas de Freguesia não foram contempladas com nenhum corte, houve uma manutenção das verbas previstas atribuídas às Juntas de Freguesia, pela via dos Contratos Programa como pela via das transferências da Delegação de



Assembleia Municipal

Competências, o que significa que há uma grande preocupação da Câmara Municipal em manter as Juntas de Freguesia com alguma capacidade de intervenção junto das suas populações.-----

-----Interveio o **Senhor Deputado Luís Almeida** que cumprimentou todos os presentes e referiu que a sua intervenção se prendia pela estranheza ou talvez não, de algumas considerações que ouviu, nomeadamente com a referência ao orçamento se tratar de um orçamento virtual, dizendo que ao ouvir as considerações proferidas ficou com a sensação, pelo menos de alguns companheiros, de uma oposição virtual, dando a ideia de que ou não estão todos na mesma sala ou não vivem todos no mesmo concelho e sobretudo no actual contexto de crise internacional e que tanto afecta o país. Continuou para dizer que se referia a uma oposição virtual porque, em primeiro lugar algumas considerações feitas por parte de uma oposição que de certa forma apoiou o anterior Governo Socialista e o anterior Primeiro-Ministro, que em 2008 deve ter-se celebrado por ser o único líder que recusava estarmos à beira de uma crise mundial e que Portugal estava preparado para lutar contra todo o descalabro financeiro que se adivinhava, o que levou, a que ainda dois dias antes de pedir uma ajuda internacional dizer que Portugal continuava preparado e que não necessitaríamos de ajuda financeira.-----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Martins Barata, em que referia que Arganil teria espaços de cultura e lazer suficientes, no seu entender esta só pode ser uma observação de quem provavelmente não é morador no concelho de Arganil, referiu também que continua a aguardar impientemente pela inauguração das piscinas aquecidas municipais, que gostava de ver o Sub-Paço alargado para a margem direita, porque quem olha para aquele espaço percebe que as obras estão incompletas e a população de Coja que com certeza gostaria de ver a obra do Prado terminada, por fim disse que quem mora no concelho não tem a mesma visão do senhor Deputado Martins Barata. ---

-----Lembrou também e em resposta a quem diz que o Executivo não apoia as empresas, que o Município realizou um investimento no Centro Empresarial e Tecnológico de Arganil que tem apoiado uma série de empresas e pelo feedback que tenho de outras empresas do distrito será sem dúvida dos espaços mais vantajosos e atractivos. -----

-----Quanto à afirmação de que o concelho de Arganil não sofre da imposição da TROIKA disse que Arganil está inserido no distrito de Coimbra, que está inserido em Portugal, portanto, se o país sofre severamente a imposição do memorando de acordo assinado com a TROIKA, quando foi um Governo Socialista que durante seis anos, que de uma forma desbaratou completamente o nosso país, não reconhecer que Arganil não sofre com a imposição da TROIKA, é estar alheado da realidade.-----

-----Disse também que quando se diz que falta investimento em turismo e em parques industriais, quando o Município está a preparar o alargamento da Zona Industrial e a instalação do Lagar de



Assembleia Municipal

Azeite e da Soares & Damião, que de certa forma são sinais de dinamismo, dentro do quadro de crise em que vivemos é de saudar, por vezes não basta só criticar por criticar. -----

-----Quanto à questão da água, referiu que Arganil é dos concelhos com os valores de água mais baixos, referindo que já pagou água em Coimbra e é muito mais cara. Terminou a sua intervenção desejando a todos votos de boas festas e de uma ano de 2012 mais suave, não tão penalizador como todos temem, e esperar sobretudo que 2012 para 2013 já estejam prontos para virar esse cabo das tormentas que com o Governo do PSD com a sua capacidade, apesar de estarem a ser impostas medidas duras e penalizadores que a todos tocam, fruto de erros do passado que não se voltem a cometer e sobretudo que não sejam dados ouvidos a algumas vozes que vêm do Partido Socialista em que já falam em não pagar a dívida e outros disparates que se vão ouvindo.-----

-----Teve a palavra o **Senhor José Fontinha, Presidente da Junta de Freguesia de Piódão**, cumprimentou todos os presentes, reportando-se ao plano de actividades e orçamento para 2012, referiu que se tinha apercebido de alguma requalificação da rede viária municipal. A freguesia do Piódão nos últimos anos teve uma melhoria significativa no que respeita à rede viária, no entanto no entender das populações residentes e visitantes ainda ficou muito por fazer em termos de segurança de circulação mais concretamente na insuficiência de rails de protecção, esperando que haja a inclusão deste serviço no orçamento bem como questão da sinalética indicativa, já que sendo esta uma zona turística é muito desagradável os locais não estarem bem identificados fazendo com que os turistas se percam nas estradas. Agradeceu os melhoramentos que se têm feito na estrada da Fórnea, e por isso agradeceu essa intervenção feita pela Câmara Municipal, esperando que em 2012 se venha a efectivar a questão dos pequenos alcatroamentos que estão previstos e que têm sido adiados, sem dúvida que as pessoas que lá vivem e os visitantes virão a agradecer o esforço que o Município e as freguesias possam fazer. Por fim desejou a todos um Santo Natal e um Próspero Ano de 2012. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Deputado Luís Quaresma** referindo que inicialmente não era sua intenção intervir, mas depois de ouvir algumas intervenções de algumas bancadas, não poderia deixar de tecer algumas considerações. Começou por dizer que um Plano e um Orçamento nunca serão aquilo que se desejaria, ficará sempre aquém das necessidades, por isso o futuro não se constrói num ano só, contudo não se pode negar que muita coisa está prevista e a ser feita. Todos gostariam que houvesse mais investimento no turismo, todos gostariam que fosse possível investir mais nas zonas industriais, mas a verdade é que isso é impossível, os recursos serão sempre inferiores às necessidades daí estas existirem sempre, o objectivo do executivo é ir suprimindo, na medida do possível, essas necessidades projectando o concelho de Arganil para o futuro. Referiu também que lhe custa bastante ouvir algumas críticas que foram feitas, nomeadamente as que se referem ao turismo e



Assembleia Municipal

à indústria, que as bancadas do PS actual e do passado não façam também uma meia culpa daquilo que não foi feito em dois mandatos seguidos. Referindo-se aos dois mandatos e dirigindo-se aos Senhores Deputados perguntou, que obras é que ficaram de relevo ligadas ao turismo? Qual foi a marca? Qual foi o investimento? Foi a Praia Fluvial da Peneda da Talhada? Foi a intervenção que foi feita na Praia Fluvial da Cascalheira? Foi a Praia Fluvial do Sarzedo, que nunca foi feita qualquer intervenção? Foi a Praia Fluvial de São Martinho da Cortiça, que nunca lá foi feito nada? Foi o quê? O que é que restou de dois mandatos? É fácil atirar pedras mas olhando para trás o que é que ficou que realmente tenha sido um alavancar do turismo no concelho de Arganil? Não querendo com isto dizer que não tenham sido feitas obras, foram, mas foi assim algo tão substancialmente melhor do que está previsto? A própria bancada do PSD, ao longo dos anos, o Senhor Presidente e a Vereação sabe que têm sido bastante críticos na falta de investimento do turismo, se calhar os maiores críticos do Executivo, mas logo num ano em que se prevêem duas intervenções significativas na área do turismo, ouvir das bancadas que nada está previsto é que custa, logo no ano em que está previsto fazer a intervenção na Praia Fluvial da Cascalheira, junto ao açude para permitir a limpeza de fundos, dos lodos e da falta de qualidade daquela água, quando se prevê fazer a Praia Fluvial junto à barragem das Fronhas que é um anseio de longa data de toda aquela região do concelho de Arganil e logo no ano onde se prevê que vá ser feito é que se vem dizer que nada é feito no turismo, se fosse no passado teriam tido razões porque isso não estava no plano. Referiu que estranhava as considerações feitas acerca do Sub-Paço, por um lado porque o que está previsto ser feito é completar o projecto do Executivo, ou seja, a expropriação que será feita nada mais é do que a forma de poder concluir um projecto que está a meio, o projecto do Sub-Paço tal como foi configurado previa a intervenção nas duas margens, aliás, estão lá pontes feitas que se não for feita a intervenção na outra margem são pontes que levam as pessoas para onde? Esclareceu também não se estar a falar em expropriar toda a margem direita da Ribeira mas apenas uma parte e é obvio que o projecto carece de ser concluído, lamentando que a Câmara e os proprietários dos terrenos não tenham chegado a acordo e se tenha de recorrer à via judicial, sendo que provavelmente para a Câmara sairá mais barato porque os valores a pagar em termos de indemnização serão substancialmente inferiores àqueles que seriam por via negocial, já que os terrenos se situam em zona de reserva ecológica, em reserva agrícola que não tem aptidão de construção e não servem para mais nada para além deste fim. Por fim referiu que essa intervenção na margem direita ainda se tornou mais necessária devido ao espelho de água que será construído. Não entendo a crítica acérrima ao investimento em causa por lhe parecer um investimento estruturante para a Vila de Arganil e mesmo para quem não goste o Sub-Paço é um cartão de visitas do concelho, é onde os pais levam as crianças a brincar e é lá que realmente as pessoas se encontram



Assembleia Municipal

e que isso se calhar custa a muita gente, porque aquilo que lá estava feito antes não permitia este tipo de utilização. -----

-----Relativamente às questões das infra-estruturas das zonas industriais, solicitou que o elucidassem se durante os dois mandatos do Partido Socialista foi construída alguma fábrica nova na zona industrial, do que se recorda nenhuma indústria tinha sido criada nem havia nenhum lote disponível para se instalar o que quer que fosse nessa zona industrial da Relvinha. -----

-----Quanto à ETAR e apesar de a situação ser grave salientou que esta é uma situação que já se arrasta há muitos anos, estando em democracia obviamente que teria de aceitar que tanto o PS como a bancada Independente votassem contra, fez referência a que nem o orçamento nem o plano não seriam dessas bancadas e que gostaria é que os argumentos utilizados fossem outros mais bem alicerçados na realidade. -----

-----Por fim, referindo-se aos aumentos da água e dos resíduos disse que actualmente o concelho de Arganil é dos dez concelhos do país em que o custo da água é mais barato e que há um contrato assinado entre a Câmara Municipal de Arganil, no tempo do Senhor Engenheiro Rui Silva, com a Águas do Mondego em que tudo isto passará para outros moldes em termos de captação de água, distribuição, cobrança e até precário, ressaltou no entanto que claro que gostaria que o preço se mantivesse no entanto terá que aceitar dada a situação financeira, económica da Câmara e do País, disse por fim que não se poderá falar só na questão do aumento sem se falar do valor dos custos da água ao nível regional e a nível nacional porque isso é só dizer metade da verdade. -----

-----Interveio a **Senhora Deputada Érica Castanheira** referindo ao aumento das tarifas de água disse que o aumento já estava anunciado há muito tempo, desde que a antiga Ministra do Ambiente passou pela ERSAR que deixou este presente, embora concorde porque há um ajustamento, há que fazer um ajustamento do preço com os serviços prestados, não se pode ficar indiferente à construção de um conjunto de ETAR's e a um conjunto de obras de requalificação tanto no abastecimento como no tratamento de águas, é certo que vai ser duro para algumas famílias, mas visto que há um acompanhar do investimento no sector, somando o investimento do saneamento, do abastecimento de água e resíduos sólidos, dá quase 10% das grandes opções do plano. Salientou também que existe uma percentagem muito baixa na acção social, na agricultura onde no seu entender se deveria apostar principalmente nos recursos endógenos que seria um pilar no desenvolvimento turístico, na indústria e no turismo onde muito embora seja um valor baixo, há um conjunto de investimentos que indirectamente contribuem para o desenvolvimento turístico, nomeadamente as oito ETAR's que serão construídas contribuindo para a reabilitação do Rio Alva e que indirectamente é um pilar para o desenvolvimento turístico na região. -----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado Martins Barata** que gostaria de ter o direito de resposta relativamente à intervenção do Senhor Deputado da bancada do PSD, dizendo que a crise internacional surgiu com a queda das Torres Gémeas mas em Portugal surgiu em 06 de Junho, com o PEC IV, o tal PEC IV que era excessivo para os Portugueses, há que reavivar a memória. Disse também que não era tão privilegiado como o Senhor Deputado que tem casa em Coimbra e em Arganil, sendo que no seu caso teria casa em Lisboa e na freguesia de Celavisa, e honra-se bastante por isso, em que paga água e luz, tal como o Senhor Deputado Luís Almeida.-----

-----O **Senhor Deputado João Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Coja** desejou a todos um Natal muito feliz e um ano em que Deus dê muita saúde já que a alegria e a boa disposição com certeza os homens não vão dar. Em primeiro lugar falou da situação económica de Coja, assunto que tem falado já diversas vezes mas que no seu entender não tem sido ouvido, informou que na última Assembleia de Freguesia, o Senhor Carlos Cerejeira apresentou um trabalho que revela o que se pode fazer, concluiu que em parte do mês de Julho e o mês de Agosto, em Coja e no comércio se deviam ter movimentado qualquer coisa como 800.000,00€ e 1.000.000,00€, disto concluiu que houve receitas para o Estado, para o Município e comerciais que deviam ter atingido cerca de 150.000,00€, o que fez com que a Vila do Coja tivesse uma agradável vida que agradou o próprio comércio, a Junta de Freguesia despendeu, na promoção e na animação nessa fase do ano, cerca de 30.000,00€ em que deste dinheiro a Câmara Municipal contribuiu com 5.000,00€, podendo concluir-se que há uma necessidade absoluta de fazer pequenas coisas sob o ponto de vista turístico. De seguida propôs ao Executivo que fizesse uma pequena alteração ao orçamento, e esta alteração seria retirar um valor de 15.000,00€ na verba que está destinada à requalificação do Parque do Prado de Coja e mais 15.000,00€ na Ficabeira, a sua sugestão era esses 30.000,00€ serem atribuídos à Associação de Freguesias do Concelho de Arganil, para promoção e desenvolvimento turístico.-----

-----Disse também que na altura em que foi Vereador e depois Presidente da Câmara foi adquirida a Cerâmica e todo o espaço da Cerâmica por 31.100\$00 e o Sub-Paço por troca de serviços, na altura ambas as aquisições foram consideradas do ponto de vista económico e de futuro, umas boas opções, e agora tornam-se num ponto de discórdia e discussão.-----

-----Por último registou a forma diplomática com que o Partido Socialista apresentou as suas opiniões registando com agrado a forma como tudo correu.-----

-----Interveio o **Senhor Deputado Luís Almeida** para dizer ao Senhor Deputado Martins Barata que gostaria de ter a capacidade económica de outros, mas não possui casa em Coimbra e em Arganil, esclareceu que já morou em Coimbra e que neste momento reside em Arganil. Relativamente à questão do PEC IV, referiu que lhe parece uma tecla demasiado presa na engrenagem Socialista,



Assembleia Municipal

sendo que no seu entender o PEC seria um nome errado e deveria chamar-se PAC IV, plano de austeridade consecutivo IV porque não era uma solução para o país e por isso tiveram de assinar o memorando de entendimento com a TROIKA pouco tempo depois.-----

-----Usou da palavra o **Senhor Deputado Luís Gomes** para dizer que o orçamento apresentado não era virtual mas um orçamento realista de acordo com as disponibilidades financeiras que a Câmara Municipal terá à sua disposição, por outro lado a bancada do PSD está de acordo com o Partido Socialista num ponto é que este é um orçamento de continuidade, de continuidade no rigor e no realismo, afirmou também que estava de acordo com o Senhor Deputado João Oliveira em relação à forma como a oposição do Partido Socialista expôs as suas posições de forma diplomática, por fim referiu que todas as intervenções do Partido Socialista faziam umas páginas extraordinárias num tratado de demagogia política.-----

-----A **Senhora Deputada Cidalina Antunes, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova de Alva** solicitou um esclarecimento ao Presidente da Junta de Coja relativamente à proposta de retirar 15.000,00€ na requalificação do Sub-Paço e outros 15.000,00€ na Ficabeira, sugerindo que essa verba fosse integrar a Associação de Freguesias do Concelho, sendo que nem todas as freguesias fazem parte da Associação, questionou se a verba seria para todas as freguesias ou só para as que integram a Associação e também qual seria a sua ideia.-----

-----Em relação à intervenção da Senhora Deputada Érica Castanheira referiu que concordava com essa relação proporcional entre aquilo que se paga pela qualidade da água e o investimento que é feito, porque realmente a qualidade da água que provém do depósito de captação de Vila Cova de Alva tem sido muito má e conseguir explicar à população que aumenta o custo da água e a qualidade não melhora torna-se muito difícil de explicar e por isso concordava com a intervenção da Senhora Deputada.-----

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis** para fazer um pedido relativo à Ponte da Baralha que está esquecido e que gostaria de ver realizado, essa Ponte está na Freguesia da Cerdeira na confluência da Benfeita, Vila Cova do Alva e Coja, no seu entender será uma obra pequena e sem um grande investimento que deixaria tantas Juntas de Freguesia contentes.-----

-----Relativamente ao Sub-Paço e no essencial estariam todos de acordo com a valorização e maior polivalência do espaço, sendo uma obra importante para Arganil. Quanto à demagogia que foi falada, pensa que terá sempre havido uma tentativa séria de responder às questões, manifestando opiniões próprias e fazendo sugestões que continuarão a fazer.-----



Assembleia Municipal

-----Por fim falou sobre Coja e do agrado com que tem visto as últimas movimentações no Prado, bem como na Avenida Padre José Vicente que tem sido uma reclamação e uma luta de muitos anos. Por fim desejou que todos tenham uma boa vivência neste período de festas. -----

-----Interveio o **Senhor Deputado João Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Coja**, respondendo ao pedido de esclarecimento da Presidente da Junta de Vila Cova de Alva, dizendo que a Associação de Freguesia engloba praticamente todas as freguesias do alto concelho, e que hoje em dia não há uma promoção da freguesia de Coja, mas das várias freguesias envolventes, o que se passa em Vila Cova de Alva com as Aldeias Históricas não vai só beneficiar Vila Cova de Alva mas as várias freguesias nessa linha como Coja, Barril de Alva, Vila Cova de Alva e Pomares, essa zona do Vale do Alva que tem condições maravilhosas para um desenvolvimento turístico, é indispensável investir no marketing e nesta jóia que temos no concelho, assim essa verba seria para beneficiar várias freguesias. -----

-----Quanto ao Sub-Paço, informou que quando se conseguiu fazer o negócio com a Senhora do Sub-Paço, foi uma troca por trabalhos feitos o argumento usado foi que iria construir na orla da estrada um jardim gratuito à sua disposição, a ideia da altura era fazer-se um Parque a que se chamava do Avô e do Neto, com um investimento o mais baixo possível mas que fosse um parque de apoio ao hotel. Referiu que poderiam pensar que estariam a beneficiar um privado, mas o hotel não é só dos proprietários porque se não houver um bom alojamento não haverá turistas, assim o jardim serviria de apoio ao hotel, fazendo uma piscina, um campo desportivo e um circuito de manutenção, salientou que provavelmente não será uma ideia muito aceite pela maioria mas que deixava a sua opinião, comentou que se fosse tomar uma decisão não investiria na margem direita porque na sua opinião o espaço existente é suficiente sendo que se deverá sempre pensar no futuro e no retorno da economia e não no voto. -----

-----A **Senhora Deputada Maria Armada** interveio para dizer que vários Deputados defenderam o aumento dos serviços de águas e destruição de resíduos, dizendo que estes serviços nomeadamente o custo de água era dos mais baixos dos concelhos limítrofes, questionou então se os rendimentos médios da população do Concelho também são superiores aos rendimentos médios dos concelhos limítrofes ou se estes permitem apenas suportar os actuais custos com dificuldade? -----

-----Outra questão prendia-se com o elencar de actos que foram imputados a Executivos anteriores, parecendo-lhe que quem governa o concelho não é o actual Executivo. No entanto já estão no segundo mandato, já teriam tempo de não precisarem de socorrer-se com o que não foi feito por Executivos anteriores mas pensarem no futuro, certo que tudo tem consequência mas no seu entender não é quando se estão a analisar pontos tão importantes que se analisam outras questões,



Assembleia Municipal

esclarecendo que também poderia fazer afirmações bombásticas mas que resolveriam muito pouco dos problemas, referiu que a sua participação seria para discutir o orçamento do futuro e não do passado e é pelo futuro que se interessava, a terminar a sua intervenção para desejar um ano de 2012 cheio de amor e cooperação, um Natal feliz cheio de calor e atenção à felicidade que tanto necessitam.-----

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente de Câmara** agradecendo ao Senhor Deputado Luís Quaresma pelo grande e inestimável contributo que teve e de alguma forma ajudar a curar aquilo que é a amnésia das bancadas da oposição do Partido Socialista e do Movimento Independente, Arganil Concelho com Futuro, amnésia com a qual queriam contagiar todos os Arganilenses, referiu também que ficou muito claro de que a oposição partilha daquilo que foi uma intervenção recente de um antigo líder político do país e antigo Primeiro-Ministro de que pagar a dívida é uma ideia de criança, ficando a perceber que viveriam num oásis onde haveria espaço para fazer todos os investimentos e porventura não pagar alguns, esta ideia defendida pelo anterior Primeiro-Ministro, começa a seguir caminho, basta ver as intervenções do Senhor Vice-Presidente da bancada Parlamentar do Partido Socialista no passado fim-de-semana, basta ver algumas das intervenções que feitas durante a Assembleia, mas que seria definitivamente um caminho que não seguiriam e que não queriam percorrer.-----

-----Respondendo às questões muito concretas do Senhor Deputado Manuel Augusto sobre o Teatro Alves Coelho, disse que o Plano e o Orçamento exigiram uma grande selectividade nos investimentos a realizar e que se fossem tomadas opções estratégicas essenciais, a intervenção prevista no Teatro Alves Coelho tem um custo estimado na ordem de 1.750.000,00€ decidir fazê-lo era paralisar o concelho em termos de investimento e a forma de gerir o Município desenvolve-se num princípio fundamental que é a equidade e a coesão territorial e por isso o Teatro Alves Coelho é um investimento que deve ser concretizado mas tem de sofrer um adiamento de forma a não se paralisar o concelho e a garantir um crescimento harmonioso de todo o território e portanto decidiu-se que o investimento será feito em 2014, disse também que há um direito de superfície assinado entre a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia de Arganil e nesse direito de superfície faz-se referência a um projecto que tinha sido objecto de pronuncia por parte da Câmara Municipal, acontece que há alterações legislativas muito significativas desde então e há também a necessidade de a Câmara cumprir aquilo que é o código dos contratos públicos. Por outro lado o programa funcional que se pretende para o Teatro Alves Coelho é diverso daquele que estava subjacente ao projecto que tinha sido desenvolvido. Nesse sentido será lançado em 2012 um concurso público internacional para a aquisição do projecto que será um concurso à semelhança do concurso que foi realizado para a



Assembleia Municipal

Cerâmica Arganilense, ou seja, um concurso de ideias, terá uma primeira fase de prévia qualificação e depois o desenvolvimento do projecto de execução.-----

-----Sobre a questão da expropriação do Sub-Paço referiu que o valor em termos de expropriação anda na ordem dos 40.000,00€ e portanto é completamente demagógico, na reunião de Câmara houve uma intervenção dizendo que se não se fizesse a expropriação se poderia fazer a obra do Teatro Alves Coelho, uma intervenção completamente demagógica, tantas vezes que este assunto foi referido pela bancada do Partido Socialista que às vezes fica com a sensação de que não defendem o interesse público alguns interesses particulares.-----

-----Quanto à questão da Cerâmica que o Senhor Deputado Manuel Augusto referiu que têm já um pedido de pagamento já na CCDRC, que até ao final do ano seguirá para o IFDR que é a entidade que faz os pagamentos, de cerca de 1.200.000,00€ para em princípio se receber já em Janeiro, as coisas estão a correr bem do ponto de vista da comparticipação dos fundos comunitários e reforçar aquilo que foi dito no início, de que os valores a receber em termos de fundos comunitários são suficientes para cobrir a despesa que falta para executar, até ao final da obra, salientou também que o Senhor Deputado que tantas vezes se insurgiu contra o investimento na Cerâmica esteja preocupado que ele se conclua rapidamente, registou essa evolução sobre a importância desse investimento no concelho. -

-----Sobre a intervenção do senhor Deputado Martins Barata, nomeadamente sobre o corte dos 320.000,00€ e a sua compensação em que se referiu particularmente à questão dos serviços jurídicos, o assunto já foi esclarecido em reunião de Câmara mas esclareceu que tem a ver com a necessidade de cada vez mais os Municípios terem assessoria jurídica ao nível dos contratos públicos e dos concursos públicos, recordar que são um conjunto de horas que um gabinete da especialidade dá em termos de apoio jurídico estando a falar de um dos maiores especialistas portugueses na área da contratação pública dando garantia e segurança de acautelar todas as questões de natureza legal relacionadas com esta área tão específica da contratação pública que não pode naturalmente ser exercida por qualquer entidade. Relativamente à questão do imposto do IMT, referiu que se registou de 2010 para 2011 um crescimento do IMT e informou que já se ultrapassou o valor que estava orçamentado para 2011 em termos de execução no total, e as regras previsionais estão definidas no POCAL relativamente à estimativa e portanto o que está plasmado no orçamento tem a ver com a aplicação directa das regras do POCAL, não há qualquer alavancar ou qualquer fantasia no valor que foi encontrado.-----

-----Sobre a questão da água, uma questão recorrente nas intervenções, referiu que como sabem houve uma inspecção da Inspecção Geral da Administração Local, que no seu relatório recomenda que a Câmara Municipal deve seguir aquilo que são as recomendações da Entidade Reguladora do Sector



Assembleia Municipal

de Águas e Resíduos, da ERSAR, e esta Entidade diz que, no que diz respeito à água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos deve haver um princípio de sustentabilidade, isto é, as receitas provenientes destas actividades devem cobrir os custos de exploração. Nesse sentido o exercício foi fazer uma especialização daquilo que são os custos com o abastecimento de água, com o saneamento e com a recolha de resíduos sólidos urbanos e fazer essa projecção em termos de receita, em relação ao preço da água a nível nacional, dos trezentos e oito municípios, Arganil está em 302 lugar, ou seja, só há seis concelhos que têm água mais barata do que Arganil, o assunto será discutido tanto na Câmara como na Assembleia Municipal porque foi feita uma proposta de alteração ao regulamento e todos terão ocasião de o fazer, ela vai ser apreciada na próxima terça-feira em reunião de Câmara, haverá um período de discussão pública e a Assembleia Municipal terá que analisar essa proposta e votá-la em Fevereiro, estando o Executivo disponível para acolher as propostas das diferentes bancadas na certeza porém de se ter de cumprir o objectivo que é a recomendação da ERSAR, reforçada pela inspecção de que é necessário garantir um equilíbrio e uma sustentabilidade entre aquilo que são as receitas provenientes desses serviços e aquilo que são as despesas.-----

-----Quanto ao programa FINICIA, referiu que têm conhecimento dos resultados por via da aplicação do programa nos concelhos vizinhos e de facto aquilo que lhes transmitiram foi que os resultados são muito escassos, aliás ainda esta semana conversando com um colega do município vizinho este dizia que os resultados do FINICIA não são minimamente aceitáveis porque não têm trazido grande retorno para as microempresas, nessa perspectiva foi uma opção não o colocar.-----

-----Relativamente à questão do turismo, referiu que é uma área estratégica e o turismo tem que ser visto não apenas numa lógica de investimento público mas também de investimento privado porque não basta ter bons monumentos, boas paisagens se ao lado não se tiver um alojamento de qualidade, se não houver uma estratégia de comunicação, se não houver uma estratégia de animação e essas vertentes estão plasmadas no plano e têm acontecido no concelho, informou também que em 2005 o concelho tinha, em termos de capacidade de alojamento, cento e vinte e quatro camas, em 2011 tem cento e cinquenta e sete, houve um crescimento, em termos de unidades com autorização de utilização haviam doze em 2005 e neste momento dezanove, há duas em processo de licenciamento, com projecto aprovado mais catorze unidades, certo que projecto aprovado não significa que se vão concretizar todas muito rapidamente, mas o que está aprovado representa mais cento e dezassete camas no concelho, por isso a importância do investimento privado ao nível da qualificação em termos de alojamento, são sinais claros de que o turismo está a evoluir no concelho também no aspecto privado por outro lado há um conjunto de investimentos que estão previstos nomeadamente nas praias fluviais, o próprio investimento da Cerâmica poderá potenciar também uma



Assembleia Municipal

grande atractividade, mesmo em tempo de crise há investimentos que marcarão certamente aquilo que é a atractividade do concelho em termos futuros.-----

-----Sobre a questão do Rio Alva há um conjunto de investimentos na área do ambiente que contribuem significativamente para a melhoria das condições do rio e sobre a questão da Mini-Hídrica, respondendo ao Senhor Deputado Eugénio Fróis, disse que não foi o actual Governo que decidiu abrir o concurso e assinar o contrato de concessão para a construção da Mini-Hídrica, no entanto não é por ter mudado o Governo que vão alterar a sua posição, continuando contra a instalação de uma Mini-Hídrica que seria desastrosa para o Rio Alva e para as actividades ligadas ao rio.-----

-----Sobre a questão da reforma da administração local, recordou que quem assinou o memorando de entendimento que prevê extinção ou a redução do número de freguesias foi o Governo do Partido Socialista e que teve o apoio do PSD e do CDS-PP. -----

-----Relativamente à intervenção da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova de Alva disse que as ETAR's de Vila Cova de Alva e o tratamento de Vinho - Casal de S. João estão incluídas nos investimentos das Águas do Mondego, por isso não fazem parte do orçamento, salientou que espera que as Águas do Mondego finalmente cumpram aquilo com que se comprometeram com a Câmara Municipal que é a concretização desses investimentos, ETAR de Vila Cova de Alva, Barril de Alva, Pomares, São Martinho da Cortiça e Vinho – Casal de São João. -----

-----De seguida agradeceu as palavras do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça e referiu que apesar de todos os cortes o nível de apoio às freguesias será semelhante ao de 2011, que é extremamente importante. Disse também ao Senhor Presidente da Junta do Piódão, que compreendem a sua intervenção relativamente à questão da segurança e da instalação dos rails de protecção, mas na verdade ter rails na estrada toda, tem custos absolutamente impossíveis de suportar por parte da autarquia e provavelmente poderão existir outras soluções que em conjunto a Câmara e a Junta de Freguesia melhorem as condições de segurança e menos onerosas. Por fim agradeceu as palavras sobre os melhoramentos que a Câmara tem feito na Freguesia do Piódão e que continuaremos a fazer. -----

-----Quanto à intervenção da Senhora Deputada Érica Castanheira, disse que de facto o valor da acção social parece pequeno, mas há uma componente muito significativa que é aquela onde a Câmara tem competências próprias, que é na área da educação e da acção social escolar que está também plasmada, nomeadamente, os transportes, a componente de apoio à família, o programa de generalização das refeições do 1º ciclo e pré-escolar, e aí há uma componente muito significativa. -----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Martins Barata, referiu que o PEC IV não previa a entrada no país de 78.000.000,00€, é muito diferente, o pedido de assistência internacional



Assembleia Municipal

que foi feito também, pelo Governo do Partido Socialista, aliás uma demonstração clara de que o PEC IV não era suficiente, é essa a pequena diferença que existe entre o PEC IV e o pedido de assistência financeira, é que acrescido ao PEC IV há mais 78.000.000,00€ que entraram no país por essa via.-----

-----Referiu também e em relação à intervenção do Senhor Deputado Eugénio Fróis que a Câmara tem todo o interesse em concretizar a Ponte da Baralha, há só uma questão para resolver com o proprietário para que possa ser um investimento pequeno. -----

-----Quando à questão da Senhora Deputada Maria Armanda Miranda referiu não lhe parecer um bom exercício comparar a questão da água com os rendimentos das famílias, até porque não a levaria à conclusão que pretende, informou que o concelho de Arganil é o segundo com o maior índice de desenvolvimento social do Pinhal Interior Norte, logo a seguir à Lousã e portanto duvida que esse exercício levasse a concluir que se deveria manter o preço da água, o preço da água terá que ser alterado por via da obrigatoriedade, seguindo as recomendações da ERSAR de garantir a sustentabilidade do sistema, isto é, as receitas cobrirem os custos, reforçando a ideia de que a questão vai ser alvo de discussão na próxima Assembleia Municipal na altura em que se analisar o regulamento, primeiramente será na Câmara, depois haverá uma discussão pública e depois na Assembleia Municipal analisar-se-á também essa questão. -----

-----Por fim fez votos de um Santo Natal e que o Ano de 2012 seja um ano de sucesso e um ano de preparação do futuro que há-de vir. -----

-----Interveio a **Senhora Deputada Maria Armanda Miranda** a solicitar um esclarecimento, a sustentabilidade da água vê-se pelos custos serem cobertos pelas receitas, equacionou a questão da redução dos custos.-----

-----O **Senhor Presidente da Câmara** referiu que em relação à redução dos custos, estão a pensar no sector do abastecimento de água, no saneamento e na recolha de resíduos sólidos como são prestadas por entidades externas, e aí não há margem para reduzir os custos, na água poder-se-á haver de facto alguma redução, estando a trabalhar nisso, agora há uma coisa que também já foi referida e que é importante referir, irá haver de facto uma actualização das tarifas mas haverá também um investimento significativo da Câmara em termos de qualificação dos sistemas, nomeadamente ao nível do abastecimento de água e ao nível do saneamento. No fundo as pessoas ganharão alguma coisa com isto e portanto em termos da qualidade do sistema pagarão mais, mas também ganharão maior qualidade.-----

-----Interveio o **Senhor Deputado Manuel Augusto** dizendo que em relação à resposta do Senhor Presidente às suas questões, gostaria de dizer que foi o Senhor Presidente, há dois anos, que disse que a obra do Teatro Alves Coelho seria para iniciar já. O Senhor Presidente confirma que existe



Assembleia Municipal

um projecto inicial mas que por outro lado o código dos contratos públicos obriga a um concurso internacional de um novo projecto, o que questiona mais uma vez, é se efectivamente o dono da obra concorda? E que se efectivamente terá de ser visto o protocolo de cedência do uso fruto de direito de superfície? Em relação à Cerâmica, não referiu que não se regozijou pelo acabamento mas questionou se a obra era para acabar e foi a isso que se referiu. Por fim referindo-se a várias intervenções da bancada do Partido Social Democrata sobre o anterior governo e sobre sistematicamente estarem a dizer que foram os culpados, engraçado que ninguém refere que o PSD da Madeira também se opõe ao pagamento da dívida e que foi o responsável por 6.000.000,00€ de dívida, mas isso não interessa. -

-----Terminou a desejar a todos um óptimo Natal de que 2012 seja dentro do possível o melhor que possa ser.-----

-----O **Senhor Presidente da Câmara** respondendo ao Senhor Deputado Manuel Augusto referiu em primeiro lugar estamos no continente e que não estamos na Madeira, e que não deve esperar que vá fazer qualquer tipo de considerações sobre isso, aliás, o Senhor Primeiro-Ministro já, de uma forma muito clara, disse o que pensava sobre o assunto e que concordava com ele relativamente a essa matéria.-----

-----Sobre a questão do Teatro Alves Coelho, também de uma forma muito clara o programa funcional é substancialmente diferente daquele que estava subjacente ao projecto que existia e portanto a Câmara Municipal quer executar este programa funcional, se porventura a entidade que nos conceder o direito de superfície entender que o programa funcional deve ser outro, naturalmente que a questão será muito fácil de resolver, será a entidade que concedeu o espaço a executar o seu programa funcional, é tão simples quanto isto. A Câmara executará o programa funcional que defende no quadro da estratégia cultural para o concelho e portanto é desse ponto de vista que se vai lançar um concurso público internacional para a aquisição do projecto.-----

-----Interveio o **Senhor Deputado Manuel Augusto** para dizer que efectivamente os 78.000.000,00€ que vieram para Portugal não foi para o continente, foi para Portugal inteiro.-----

-----O **Senhor Deputado João Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Coja** solicitou ao Senhor Presidente que do que é a parte funcional do Teatro, qual é o objectivo?-----

-----O **Senhor Presidente da Câmara** agradeceu a questão e referiu que o objectivo é que o Teatro seja um espaço de espectáculos que permita desenvolver as actividades culturais nas suas diferentes vertentes, nomeadamente teatros e pequenas óperas que não seria possível realizar com o programa funcional que estava previsto face à necessidade de existir um sub-palco, o que obriga, por exemplo, a mexer na questão do restaurante, é um pequeno exemplo daquilo que se pretende fazer, vocacioná-lo muito para desenvolver todas as actividades ligadas à cultura com um forte



Assembleia Municipal

empenhamento e uma forte participação do movimento associativo do concelho porque não basta fazer as obras do Teatro, é preciso ter uma estratégia cultural acoplada sob pena do investimento não se justificar se isso não acontecer e portanto é um pouco essa a perspectiva, reforçou também o que já tinha dito na primeira intervenção que tem a ver com uma alteração significativa no regime de licenciamento dos recintos de espectáculos e portanto essa actualização tem de necessariamente que ser concretizada também no novo projecto que vier a ser executado. -----

-----O **Senhor Deputado João Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Coja** agradeceu a explicação dada e referiu que a cultura é também um elemento de desenvolvimento turístico, recordou quando foram feitos os encontros do Mosteiro, o movimento que criou sob o ponto de vista cultural, só foi pena não terem continuado como estava previsto por mais três anos.-----

-----Interveio o **Senhor Deputado Manuel Augusto** dizendo que do que tinha conhecimento, no projecto anterior já previa o rebaixamento do palco e as alterações no restaurante. -----

-----O **Senhor Presidente da Câmara** em resposta ao Senhor Deputado Manuel Augusto referiu que não se está a falar do rebaixamento do palco, mas da existência de um sub-palco e também de um sistema de novos camarins que têm que existir e que têm hoje áreas diferentes daquelas que tinha na altura em que o projecto foi desenvolvido e portanto também há uma questão que tem que ser equacionada, é se faz ou não sentido a existência do restaurante e por outro lado também é necessário e fazer algumas modificações ao nível da cafetaria uma vez que o espaço que tem é diminuto e portanto essa questão também tem de ser mais bem acautelada do que realmente estava.

----- **Antes da votação dos pontos três e quatro ausentaram-se os Senhores Deputados, Senhora Carla Maria Travassos Rodrigues, Senhor Manuel Alberto Saraiva Ribeiro, e Senhora Fernanda Maria de Almeida Figueiredo Dias.** -----

-----Após discussão o **Senhor Presidente Assembleia** colocou à votação o ponto nº3, discussão e votação do GOP – Plano Plurianual de Investimentos e Actividades Mais Relevantes para o ano 2012, nos termos da alínea b) do n.º2 do artigo 53.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro. Foi este ponto aprovado por maioria com oito votos contra e duas abstenções.-----

-----De seguida foi colocado à votação o ponto nº4, discussão e votação do Orçamento de Receita e Despesa para o ano de 2012, nos termos da alínea b) do n.º2 do artigo 53.º da Lei n.º169/99, de 18



Assembleia Municipal

de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro, que foi aprovado por maioria com oito votos contra e duas abstenções. -----

**5 – Apreciação e votação das alterações por adenda aos protocolos de delegação de competências às Juntas de Freguesia de Pombeiro da Beira e Sarzedo, em matéria de administração da cantina, nos termos do n.º1 do artigo 66.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----**

-----Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para dizer que esta adenda ao protocolo de delegação de competências tem a vigência desde o início do ano lectivo até ao final deste ano civil de 2011, portanto até 31 de Dezembro, que a partir do dia 01 de Janeiro, ter-se-á um novo sistema de gestão das cantinas. -----

**Ausentaram-se os Senhores Deputados, Cidalina Maria Ramos Lourenço Antunes e Arménio Lopes da Costa. -----**

-----Colocado este ponto à votação, foi aprovado por unanimidade dos presentes.-----

**6 – Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea e) do n.º1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----**

**----- Antes da votação do ponto nº6 ausentou-se o Senhor Deputado Alfredo Oliveira Gonçalves Martins. -----**

-----Não havendo intervenções neste ponto, foi colocado à votação, sendo aprovado por unanimidade.-----

-----Teve a palavra o Senhor Presidente da Assembleia dizendo que antes de dar por encerrada a sessão gostaria de dizer que se falou sobretudo na discussão do Orçamento e do Plano de Actividades, em sociedades, mundos, ideias, terras reais e virtuais, por isso mesmo e porque parece que ficaram bem definidos o que são os conceitos da realidade e da virtualidade e por isso mesmo iria apenas desejar a todos um Bom Natal, muita paz e saúde e relativamente ao novo ano fazer votos para todos



Assembleia Municipal

os portugueses, de muito trabalho e sobretudo para que o ano de 2012 nos traga a possibilidade de que mais pessoas possam trabalhar.

Não havendo mais nenhum ponto na agenda, às treze horas e quinze minutos o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou encerrada a sessão, de que para constar se lavrou a presente acta, que eu \_\_\_\_\_, 1º Secretário redigi, subscrevi e também assino. -----



Assembleia Municipal

# **ANEXOS**